

# *O enigma do passado, o círculo virtuoso da aprendizagem e a teoria da História*

*The enigma of the past, the virtuous circle of learning and theory of History*

Estevão C. de Rezende Martins\*

---

**Resumo:** A resolução dos enigmas quanto ao passado, postos a cada agente racional humano, se dá na construção do conhecimento histórico confiável cientificamente. Esse conhecimento faz parte da habilitação profissional de pesquisadores e docentes. Na prática profissional qualificada, instaura-se o círculo virtuoso dos papéis intercambiáveis entre professor e aluno na formação e na didática. A teoria e o método contemporâneos são penhor de qualidade profissional e de admissibilidade social da pretensão de verdade da narrativa histórica.

**Palavras-chave:** Teoria da História. Didática da História. Narrativa. Ensino e aprendizagem. Educação histórica.

**Abstract:** The resolution of the enigmas regarding the past, posed to each human rational agent, occurs in the construction of scientifically reliable historical knowledge. This knowledge is part of the professional qualification of researchers and teachers. In qualified professional practice, a virtuous circle of interchangeable roles between teacher and student is established in training and teaching. Contemporary

theory and method are a pledge of professional quality and social admissibility of the claim to the truth of the historical narrative.

**Keywords:** Theory of History. History didactics. Narrative. Teaching-learning. Historical education.

---

\* Professor Titular Emérito no Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: ecrm@terra.com.br

Jörn Rüsen, no primeiro parágrafo da introdução ao seu recente livro sobre cultura histórica, formação e identidade, escreveu:

O horizonte discursivo da didática da História ampliou-se notavelmente nos últimos decênios. Tal se deve sobretudo ao fato de o tema da cultura histórica, sob a denominação de “public history”, ter sido incorporado aos campos de atividade escolar em que se dá o ensinar e aprender História. A formação universitária das historiadoras e dos historiadores restringia-se antes à competência especializada das futuras professoras e dos futuros professores de História (2020, p. 13).

Com efeito, sob diversas designações, a questão do fundamento teórico do conhecimento histórico-científico, a qualidade da formação dos docentes de História e a tarefa/missão da educação histórica tornaram-se, desde os anos 1970, gradualmente, itens incontornáveis da agenda epistemológica, metodológica e didática da pesquisa histórica.

Logo antes, no prefácio, Rüsen registra tal diagnóstico, sublinhando a importância que a interlocução História-Didática possui na formação social dos profissionais e dos cidadãos:

O tempo pioneiro inicial obviamente, passou, mas seu legado subsiste até hoje. Pertence a esse legado que a Didática da História, transmutada em respeitável disciplina, se tenha associado estreitamente às reflexões teóricas sobre os fundamentos do conhecimento histórico desenvolvidas nos anos 1970 e 1980. Já não se pode mais pensar Didática da História sem a Teoria da História. Isso em nada prejudicou – como alguns podem haver pensado – sua relação à prática. Pelo contrário, conduziu à integração de novos campos práticos da cultura histórica, como a história pública (RÜSEN, 2020, p. 11).

Não resta dúvida de que essa amável cumplicidade entre teoria e prática beneficia o programa de formação e aprendizagem amplamente conhecido como “educação histórica”, em que professor e aluno têm

papéis associados, interdependentes e intercambiáveis. Se a expressão “didática da História” parece soar algo antiquada – certamente não é o caso nos países europeus ou nos Estados Unidos – a expressão “educação histórica” (de origem britânica) sugere incluir os elementos teóricos e práticos a que Rüsen alude. Tomemos, assim, ambas as expressões como associadas e, de modo algum, excludentes.

Para que serve associar teoria e prática no método histórico? Para resolver problemas que surgem no cotidiano das pessoas, como a lógica da matriz disciplinar de Rüsen, que desde sua primeira versão propõe.

A matriz disciplinar foi originalmente inspirada na discussão de Thomas S. Kuhn acerca da cristalização de paradigmas (teóricos e metódicos) nas ciências naturais, e, eventualmente, quanto à sua dogmatização. Rüsen repensou a ideia de Kuhn desde a perspectiva da História como experiência humana e como ciência. O objetivo maior de Rüsen era elaborar um aprofundamento analítico-original da organização estrutural do pensamento histórico, para organizar o conjunto dos princípios gerais e operacionais da História como ciência. Essa organização, tal como proposta por Rüsen, decorre da evolução do pensamento histórico do historicismo à História como ciência social.

Para o pensamento histórico em geral, como para o pensamento historiográfico em particular, Rüsen considera que o ponto analítico inicial da matriz se situa numa angústia existencial-elementar, por ele chamada de “carência de orientação”. Vista como uma constante antropológica – que ecoa o binômio categorial consagrado por Koselleck (2006): espaço de experiência e horizonte de expectativa – a carência de orientação motiva o indivíduo, suscita interesses, impulsiona a pergunta histórica. Essa pergunta tem a ver com enigmas, questões que intrigam o agente, na medida em que lhe é decisivo o sentido do tempo vivido e do tempo esperado, a surgir na solução de tais enigmas.

A vida humana prática põe questões a resolver de modo constante, diretamente conexas com a identidade mesma do agente. Não se age sem pensar, somente se pensa sobre o que se experimenta, somente se vivencia o que ocorre no tempo, no espaço e na concretude empírica da realidade vivida. Essa realidade está preenchida historicamente pela cultura, com cujo legado cada agente necessita haver-se, de modo a apropriar-se, conscientemente, de sua posição relativa no fluxo do tempo. Posição vinculada, relacionalmente, à de inúmeros agentes

racionais, que existiram, existem e existirão no mundo prático concreto em que vivem. O passado e o conhecimento do passado são elementos fundamentais para a constituição histórica de sentido do presente e do futuro. Desempenham um papel estratégico na aquisição da consciência histórica e, em conjunto com a experiência do presente, constituem a matéria-prima do pensamento histórico.

Lembrar e esquecer são dois atos humanos que constituem um dos procedimentos mais elementares do conhecimento. Ambos se referem a atos presentes de cada agente racional humano. Cada ato presente torna-se inelutavelmente uma lembrança ou um esquecimento, seja por força de mecanismos psíquicos, seja como resultado de opções de registro decorrentes de decisões de cunho valorativo. Na medida em que o tempo passa, o registro da lembrança ou de sua ausência incorpora-se gradativamente ao acervo da memória. Para a ciência da História a questão da validação do registro (heurística das fontes) é crucial. A estrutura rememorativa dos registros do passado, na memória do presente, põe uma questão metodológica fundamental para o êxito ou o fracasso social da historiografia e da educação histórica como fatores decisivos na constituição da identidade coletiva dos participantes da memória. Por certo, há uma diferença entre a perspectiva metódica utilizada pela ciência da História na consideração da memória, como depositária da identidade social no tempo, e a utilizada pela educação histórica para operar o sentido de que se apropriam os sujeitos no processo de ensino e aprendizagem.

Os modos pelos quais se fixam as lembranças na memória são decisivos. Eles não são, porém, reconstruíveis e, por assim dizer, constituem um tipo de enigma próprio ao trabalho de investigação histórica. O enigma não se esgota, entretanto, na investigação histórica. Ele se estende à pergunta fundamental formulada sobre o sentido do tempo vivido e refletido. O registro da lembrança, o testemunho – seja em que forma for – revela determinada dose de intencionalidade no agir de cada indivíduo e transpõe para o conjunto interpretado do tempo, como História, o sentido atribuído ou apreendido a cada ação.

Pode-se, assim, figurar uma relação de interpenetração da História feita com a História pensada e com a História ensinada, pela mediação do testemunho. O testemunho (a lembrança sistematizada na memória) ou sua omissão pode representar um fator determinante (mesmo se não

necessário) da reconstrução do passado como tempo humanizado pela reflexão, como quer Jörn Rüsen.

As lembranças são como os componentes de um mosaico conhecido como memória coletiva. Se há uma prioridade entre os elementos particulares da memória individual ou se, pelo contrário, prevalece a memória coletiva, corresponde a outro enigma. Assim como a equação de influência recíproca de uma sobre a outra, no decorrer do tempo. O pensamento histórico nutrido pela memória elabora-se em consciência histórica como fator de situação social e cultural de indivíduos e de comunidades. A tríade pensamento histórico, consciência histórica, e cultura histórica formam o arcabouço da formação da identidade pessoal e social de cada indivíduo no tempo presente. Para que esse tripé seja efetivo, importa que a investigação histórica siga procedimentos metódicos que normalizem seus resultados de forma intersubjetivamente controlável. Dispõe-se, assim, de uma interface produtiva, na resolução dos enigmas postos pelo passado, entre a teoria da ciência histórica – como epistemologia do conhecimento cientificamente fundamentado da ação humana no tempo – e da didática da História, como prática de ensino e aprendizagem do sentido possível da humanização do tempo pela cultura histórica.

## Conhecimento histórico

A cultura histórica se constitui do acervo temporal contínuo da reflexão dos agentes racionais humanos, cujo conhecimento nela se inscreve. O conhecimento histórico se caracteriza por duas dimensões complementares: uma diz respeito à historicidade de todo e qualquer conhecimento. Com efeito, mesmo se o conhecimento vem a ser expresso de forma genérica ou universal (como no caso das assim chamadas “leis da natureza”, por exemplo), sua aquisição e seu controle, assim como seus objeto e sujeito, somente subsistem no tempo histórico; a outra dimensão refere-se ao conhecimento *técnico* produzido pela ciência histórica, de acordo com suas referências teóricas e com seus procedimentos metódicos.

Visto na primeira dimensão, o conhecimento histórico pressupõe uma vertente de universalidade. Uma constante antropológica é admitida (habitualmente de modo tácito) para sustentar a aptidão (de todo e

qualquer ser humano), a produzir e possuir conhecimento ao longo do tempo. Essa suposição é plenamente razoável, de maneira a atribuir à historicidade do conhecimento uma correlação imediata e principal com a racionalidade analítico-discursiva do agente humano. Essa constante antropológica exprime, assim, o pressuposto da igualdade entre todos os agentes. Para o efeito de produzir conhecimento, tal suposição estabelece, também, a posse de uma faculdade cognitiva, igual ou equivalente, em todos. Essa faculdade opera, ao longo do tempo, mas também para além dele, a fim de introduzir um fator transcendental, reflexivo, relativamente à imanência intrínseca à História e à sua concretude empírica no tempo e no espaço dos agentes e de suas respectivas sociedades.

Na segunda dimensão, o conhecimento histórico corresponde ao resultado obtido pela aplicação, à realidade experimentada, do padrão reflexivo (argumentativo e explicativo) da racionalidade. A historiografia produzida como fruto dessa interação entre o vivido e o pensado é elaborada discursivamente na forma narrativa, em que se articulam, argumentadamente, os dados (vividos diretamente ou investigados indiretamente) e a interpretação. Subjazem, pois, a ela, duas pretensões razoáveis: a da racionalidade dialogal, e a da possibilidade de produzir um discurso veraz. O discurso racional, por conseguinte, ao dar expressão narrativa à argumentação, tem por objetivo último estabelecer um padrão de veracidade aceitável pela sociedade em cuja cultura tal reflexão faça sentido.

Retomemos: racionalidade quer dizer, aqui, que o agente humano reflete sua experiência (e a dos outros) de forma transcendental, ou seja, transpõe para o plano interpretativo a realidade empírica do espaço e do tempo da experiência. Qualquer agente faz isso. O historiador, sendo agente racional qualificado profissionalmente, o faz de acordo com parâmetros metódicos convencionados.

Ou seja: mantém-se a ideia de “referência” de uma verdade possível, mas somente se pode falar de um enunciado verossímil, veraz, enquanto é aceito pelos métodos – procedimentos de controle qualitativo – aplicados e reconhecidos pela comunidade profissional dos agentes.

A verdade como referência constitui-se em um horizonte de compreensão, a partir do qual e com vistas ao qual o investigador procede. A certeza de a alcançar é indicativa, pois as circunstâncias concretas de realização da pesquisa apresentam variações que permitem

apenas graus aproximativos de garantia da segurança cognitiva associada ao conteúdo firmado no argumento discursivo da narrativa histórica. O conjunto de tais circunstâncias, todavia, não impede a convergência dos critérios de produção de conhecimento utilizados pela prática profissional. Essa prática é orientada pela formação especializada, pela referência teórica e pelo treino metódico. Teorias e práticas encontram-se dentro desse horizonte de referência. Tal horizonte articula a pretensão de verdade embutida na faculdade racional humana, as circunstâncias espaciais e temporais da sociedade e da cultura em que está imerso o historiador, como agente individual e social, e as questões que emergem da realidade histórica em que vivem esse agente e seus contemporâneos.

O historiador e o professor de História movem-se, por conseguinte, em um universo em que o tempo vivido e refletido enquadra a busca e a afirmação da verdade possível relativa ao seu objeto de pesquisa e de ensino e aprendizagem.

## **Verdade, veracidade, verossimilhança**

O que nos diz a História a esse propósito? Duas constatações se impõem: de uma parte, a memória acumulada da cultura histórica evidencia que a busca da verdade (e a correspondente pretensão de a alcançar, ou de a ter alcançado) é uma constante na organização social do saber. Uma constante antropológica, por conseguinte, à maneira como a concebe Jörn Rüsen (2001). De outra parte, a produção de conhecimento confiável sobre o passado, constitutivo da afirmação cultural das sociedades, depende – razoavelmente – da aceitação dessa premissa. Inclusive na relação ensino e aprendizagem tanto na formação de professores quanto no sistema escolar em que esses exercem.

Na reflexão que aqui se faz, o campo temático diz respeito à teoria da História. História entendida no sentido da ciência da História nos padrões contemporâneos de produção historiográfica. Teoria no sentido de articular as condições de possibilidade de produzir, mediante a investigação histórica metodicamente controlada, conhecimento confiável. A teoria da História estipula, assim, as condições de produção de conhecimento histórico verossímil e as condições de inserção desse conhecimento em um arcabouço científico plausível e convincente.

O senso comum lida com uma convicção otimista extremamente difundida: as coisas são como elas são, no que consistiria sua verdade própria, intrínseca. Ecoa nessa convicção a concepção kantiana da coisa-em-si, de acordo com a qual tudo o que é necessariamente é segundo sua ordem de ser, no que consiste sua verdade fundamental, metafísica, que exprime sua realidade, sua densidade ôntica. Importa registrar que o senso comum opera à vontade com essa convicção, com grau de certeza. Para os que lidam com enunciados acerca do que se pensa ser a verdade das coisas, a certeza está longe de ser inabalável. Antônio Vieira, em sua *História do futuro*, já registrava essa dura realidade da condição humana:

Quem quiser ver claramente a falsidade das histórias humanas, leia a mesma história por diferentes escritores, e verá como se encontram, se contradizem e se implicam no mesmo sucesso, sendo infalível que um só pode dizer a verdade e certo que nenhum a diz (2005, § 186, p. 238).

Com efeito, a verdade da coisa e a verdade do dito são distintas. A afirmação de Vieira, de que somente um pode infalivelmente dizer a verdade, pressupõe uma teoria ontológica da verdade, da qual não se cuida aqui. Convém, então, recuperar os três planos em que a questão da verdade se põe para o contexto de uma teoria da História sem reinventar a história da humanidade desde tempos imemoriais. Recordemos, sumariamente, em que consistem o plano da coisa em si, o plano da coisa pensada, o plano da coisa dita.

*O que é a coisa em si?* Obviamente o discurso que fale da coisa em si situa-se nos dois outros planos. Para a História a coisa em si é o evento do passado, do tempo que se esvaiu, de que somente resta a memória (pensada) e o testemunho registrado (a memória dita). O evento do passado, a que se refere, aqui, no singular, não necessariamente diz respeito a um acontecimento simples (ou trivial), que meramente registrasse algo como “Zumbi dos Palmares existiu.” Pode tratar-se (e no mais das vezes é o caso) de acontecimento complexo, ao consignar que “Zumbi dos Palmares foi o líder de um quilombo insurrecional oposto ao regime escravista no Brasil colonial”. O que se quer dizer, então, com a referência à coisa em si? Para a História praticada como ciência,



a “coisa em si” corresponde ao pressuposto realista mitigado de que os atos racionais humanos passados realmente ocorreram, de uma ou de outra forma, e que não faz sentido considerar a hipótese de que se pudesse fazer tábula-rasa de todo acontecimento passado. Esse realismo é mitigado na medida em que lança mão da tríplice distinção entre o em si, o pensado e o dito. Deixa-se de lado, pois, como de demonstração difícil (se não impossível), a tese da correspondência rigorosa entre o ocorrido, o visto, o pensado e o enunciado, característica do realismo clássico de inspiração aristotélica e de matiz empirista. A mitigação do realismo decorre da circunstância incontornável de que nada do que ocorreu no tempo, por força da ação humana, subsiste para além de seu tempo de outra maneira do que na memória de seus contemporâneos e no que eles dizem (e registram) de seu tempo e de suas ocorrências. Assim, a porta de entrada no mundo histórico do passado memorizado se dá pela linguagem narrativa em todos os seus formatos.

A experiência da análise historiográfica traz um elemento fundamental, que não é estranho aos demais discursos científico-contemporâneos. Esse elemento é a suposta ou admitida pretensão de verdade, considerada essencial a todo e qualquer discurso racional. Assim, se encontra um território comum ao esforço metódico do conhecimento, que é a busca e, reconhecidamente, a obtenção da verdade. Para efeito da análise historiográfica, tanto para a que se faz na produção da pesquisa de que decorre a narrativa, quanto para a que lida (hermenêutica e comparativamente) com a narrativa produzida, o discurso racional contemporâneo deve satisfazer três requisitos essenciais:

a) sua estrutura deve descrever, adequadamente, o que ocorreu. Nesse sentido, nenhum discurso historiográfico foge do mandamento de Ranke, de buscar narrar como as coisas, efetivamente, se deram, mesmo se cada sentença, isoladamente, não tencione ser empiricamente controlável;

b) a qualidade do discurso depende de sua eficácia argumentativa como um todo discursivo. Ou seja, somente a apreensão global da narrativa permite avaliar a pertinência do discurso; e

c) o juízo sobre a pertinência da narrativa com relação ao seu tema dá-se em dois níveis: c.1) internamente, em termos de consistência textual e empírica; e c.2) externamente, de duas formas – em termos comparativos com outras narrativas relativas ao mesmo tema e pela

eficiência de convencimento que produza no âmbito da comunidade epistêmico-profissional dos historiadores.

O conhecimento é duplamente histórico. De um lado, é histórico porque se dá no tempo humano refletido, imerso na historicidade de toda e qualquer existência. Fala-se, nesse caso, de um caráter histórico em sentido amplo. De outro, é histórico por ser produzido mediante práticas metódicas consagradas de pesquisa, que atendem a requisitos de controle de qualidade e de pertinência. Nesse segundo caso, fala-se de conhecimento histórico em sentido estrito.

Em ambos os casos, o conteúdo narrado, é suposto, estar em consonância com, pelo menos, três exigências: a primeira é a sua pertinência temporal com respeito aos interesses sociais presentes, às carências de orientação concretas e emergentes no respectivo tempo atual; a segunda é a sustentação empírica nas fontes (de todos os tipos) em que a investigação busca sua fundamentação como discurso sobre o tempo passado; e a terceira é a resultante expositiva, cujo argumento narrativo deve dotar-se de virtude convincente em bases racionais controláveis (reconstruíveis), independentes de recursos afetivos, como a sugestão, a sedução ou a emoção.

Na perspectiva do método científico, importa preservar a impessoalidade do resultado historiográfico final. Não se confunda, porém, essa impessoalidade com insensibilidade ou alienação. Inversamente, a impessoalidade é a garantia de sobrevivência da explicação argumentada para além da paixão entusiástica. Para essa, diga-se de passagem, a primeira é supérflua. É provavelmente esse o motivo por que se considera amiúde o raciocínio científico como impiedoso, em particular quando o tema estudado tem a ver com as circunstâncias da existência concreta. Por exemplo: se a questão estudada for o processo transformador da Revolução Russa de 1917. Comparado com seus ideais mobilizadores, esse processo, pouco mais de setenta anos depois, deixou um inegável saldo de frustrações, mesmo se não foi infrutífero em todos os aspectos.

Constata-se, por conseguinte, que um conceito de verdade operacional, no plano de apreensão dos acontecimentos históricos, de sua descrição e de sua explicação, requer uma definição clara de seus limites, para evitar duas armadilhas: o dogmatismo e o ceticismo.

No caso do conhecimento histórico, é necessário lembrar a distinção entre a historicidade do ato cognitivo e o conhecimento produzido pela investigação praticada pela História, como ciência, sobre determinado período do passado. O que releva analisar, aqui, é o caráter do conteúdo cognitivo produzido pelo historiador de acordo com os cânones metódicos de sua disciplina. Lida-se com duas dimensões temporais cruzadas, de cuja interseção resultaria um discurso plausível, destinado a satisfazer uma dupla exigência de verdade: uma, referente ao período passado que investiga; outra, referente ao período presente em que os resultados da investigação devem ser validados. Desde a perspectiva da análise historiográfica, a suposição de que haveria um regresso ao infinito na busca do passado põe uma questão interessante. Wolfgang Wieland (1995, p. 11-12) postula, sem o demonstrar, que qualquer assertiva sobre a verdade, no tempo, sempre pode ter sua sustentação possível buscada no tempo anterior. Isso, de certa maneira, faz ecoar a persistente influência das genealogias do saber, no formato nietzscheano ou no foucaultiano. A própria História, certamente, serve de impulso questionador para contextualizar problemas e para entender por que certa pergunta, e não uma outra, nesse contexto, e não naquele, parece relevante.

A relevância não existe por si mesma. Ela é estabelecida desde a perspectiva contingente da existência histórica dos agentes racionais humanos. É o contexto histórico respectivo que estrutura a rede de referências que transforma tal ou qual pergunta em relevante. A veracidade, ou a verossimilhança, ou a verdade pura e simples parece constar do rol das questões relevantes até onde ou quanto se consiga rememorar (e reconstruir) os conteúdos que respondam às perguntas. As respostas variam. E variam porque as circunstâncias empíricas da existência humana nada mais fazem do que variar.

A relação entre tempo e verdade está, conseqüentemente, estabelecida no plano discursivo produzido pela reflexão racional que se apropria da experiência e a coloca numa perspectiva que faça sentido para o sujeito atual da reflexão. Para que tal sentido se instaure (seja por desvelamento, seja por atribuição), é necessário que seja plausível. Essa plausibilidade é estabelecida, se e somente se, o discurso puder ser controlado metodicamente de acordo com os padrões de qualidade vigentes na comunidade científica que o produz, e aceitos pela sociedade

a que se dirige. Três conjuntos de condições devem ser satisfeitos para a construção da plausibilidade discursiva: a) a qualidade dos dados colhidos na documentação que corresponda ao período, ao episódio, à sequência de acontecimentos que se quer conhecer, descrever, entender, explicar; b) os padrões metódicos do exame de dados; e c) a qualidade discursiva do texto historiográfico.

Como uma *coisa* entre outras, todo texto está inserido numa rede relacional de malha fina, que pode ser posta em evidência para qualquer observador preparado. *O que é um observador preparado?* No plano do conhecimento científico, o observador preparado é o profissional treinado metodicamente a recorrer aos padrões de registro e análise praticados na respectiva comunidade epistêmica – em particular a comunidade dos que atuam no sistema escolar, como professores de História.

A prática dessa comunidade viabiliza a anuência de seus integrantes quanto à objetividade, à evidência de tal ou qual discurso. Na historiografia, para além do texto como *coisa*, importa que os integrantes da comunidade profissional convenham entre si quanto ao que o texto veicula, historiografia, livro didático ou mais o que seja. Com efeito, as fontes não são objeto de investigação por si e para si mesmas, mas como veículos de significado com respeito a ocorrências do passado que se quer conhecer, compreender, explicar, narrar, ensinar.

Os contextos social, político, cultural e econômico em que as fontes são produzidas e o contexto a que se referem devem estar presentes na mente do historiador e do professor, quando considera a natureza textual da narrativa com que lida. Assim, o texto remete a um teor que não é apenas a sua construção literária, mesmo se como *coisa* – o texto não passe de um artefato literário. A remissão a algo para além de si mesmo não significa, simultaneamente, que o texto esteja sempre e necessariamente carregado de acerto, que ele seja forçosamente verdadeiro enquanto é referente a uma realidade que, sem ele, seria incognoscível. O controle da qualidade referencial da narrativa, no que se chama de “referência cruzada”, é incontornável para a consistência do argumento histórico.

Para se compreender essa exigência de controle de qualidade, deve-se adotar uma atitude relativamente simples, de senso comum. Não se confunda, no entanto, senso comum com ingenuidade. Aceita-se, por

consequente, como certa obviedade que todo texto remete a algo fora dele. Pode acertar ou não. Deve-se, pois, distinguir entre o que o texto diz (mais ou menos completamente) e aquilo a que se refere. Essa distinção é de tipo corriqueiro. Sempre que se recorre a um texto, sempre que se dá uma aula, a intenção primária do leitor ou do aluno (ouvinte) é a de entender o que está dito ou escrito.

No caso da historiografia, busca-se entender a fonte narrativa na sua qualidade elucidadora do estado de coisas a que se refere. Nesse sentido, o texto transcende sua condição de “coisa” como artefato literário e tem reconhecida sua dimensão de instrumento cognitivo do mundo. Torna-se, assim, instrumento de compreensão, interpretação e explicação do mundo, mesmo que essa compreensão seja forçosamente parcial ou fragmentária.

É possível tomar a narrativa historiográfica como uma unidade literária isolada e examiná-la exclusivamente desde o ponto de vista de sua consistência e de sua coerência estilística. Essa é, entretanto, uma mera condição preliminar para a admissibilidade genérica do texto, como referente ao mundo, ao estado de coisas de que dá notícia. A questão da veracidade do texto repõe, aqui, então, a dupla acepção de verdade que se mencionou: a da estrutura interna do texto e a que se aplica à sua condição de referente.

Faz pouca diferença prática, por conseguinte, tratar da verdade em tese, por definição ou por postulação. Pragmaticamente, registra-se que a pretensão de verdade acompanha a pretensão de racionalidade, e que toda fonte (assim como sua interpretação na arquitetura explicativa da narrativa histórica) é lida e interpretada como possível fundamentadora de uma narrativa veraz. Qualquer narrativa produzida pela historiografia parte de pressupostos. Como na ciência em geral, não se lida com fatos puros, acessíveis sem mediação, mas sempre com fatos sob pressupostos. Um desses pressupostos, antes mencionado como pretensão, para enfatizar seu caráter intencional, é a hipótese da verdade. Essa hipótese-pretensão tem a capacidade de viabilizar a função mediadora da fonte como acesso à dimensão intencional de sua produção. Com efeito, recorre-se ao pressuposto de que o registro textual (narrativo), por parte de qualquer autor, tem por intenção consignar o que ele entende ser pertinente ao mundo. Pressupõe-se, igualmente, que a intenção primeira do autor não é a de fraudar seus contemporâneos, seus leitores futuros

ou seus ouvintes. Tem-se, aqui, pois, um caráter otimista quanto ao problema da verdade, que preserva sua possibilidade juntamente com a pressuposição da honestidade básica da racionalidade humana.

A orientação pela pretensão de verdade é que permite articular as questões históricas e sistemáticas que as narrativas referem. O aspecto histórico sublinha o caráter referente da narrativa com respeito ao mundo, cujo acesso media. O elemento sistemático aponta à organicidade interpretativa produzida na metanarrativa historiográfica, que maneja um número considerável de textos (narrativas), classificados e qualificados como fontes (primárias ou secundárias). A noção de metanarrativa é utilizada, aqui, para designar todo texto historiográfico que se constitui a partir da investigação sistemática das fontes. Essa noção é aplicável, ilimitadamente, a cada nova narrativa que se fundamente em outras.

O fato mesmo de se lidar com fontes (não faz diferença que se trate da percepção individual ou da leitura de narrativas), como meio de alcançar compreensão consistente do mundo, reforça a ideia regulativa da verdade como hipótese orientadora. Admitido o caráter irrenunciável dessa hipótese, seu estatuto de hipótese não sofre alteração. Toda pretensão de verdade carece de demonstração efetiva no texto resultante de investigação. Admitir-se que todo texto é lido *sub ratione veritatis* não atribui automaticamente a tal fonte o caráter de verdade. Apenas aponta a razoabilidade da leitura crítica da fonte com a pretensão de estabelecer uma rede relacional que confira ao teor da narrativa, pelo menos, verossimilhança. A crítica heurística e o enredamento hermenêutico consolidaram, de vez, a segurança relativa da fiabilidade documental. Instala-se, no método histórico, o que se pode chamar de “prudência gnosiológica”. Essa prudência tende a utilizar a rede relacional de referências cruzadas para tornar seus resultados plausíveis.

Pode-se perguntar, ainda, como se dá o controle de qualidade do produto narrativo. Não parece cabível lançar mão de argumentos de autoridade. Tampouco convence recorrer simploriamente ao conceito tradicional de evidência objetiva, tão caro aos adeptos do realismo metafísico. Como a dúvida sistemática, o argumento de autoridade é igualmente uma porta aberta ao relativismo. A evidência objetiva aponta para o dogmatismo naturalista ingênuo. O realismo mitigado e a rede relacional de referências, por sua vez, parecem satisfazer plenamente a concepção moderna de razão em movimento, que pressupõe a

capacidade (intrínseca à razão), de construir e oferecer explicações plausíveis à circunstância do tempo humano.

A perspectiva da racionalidade, como faculdade própria ao agente humano e como apta a produzir explicações individual e socialmente aceitáveis mediante controle empírico de qualidade, permite afirmar que o projeto moderno de racionalidade é uma agenda aberta. A cada tempo, nova apropriação, nova explicação.

Embora Kant e Max Weber reconheçam a impossibilidade de um critério absoluto de verdade, admitem um critério formal ou convencionalizado, enraizado na lógica da pesquisa. Essa lógica goza de validade universal entre seus praticantes e constitui o fundamento da ciência objetiva aceita por eles. Esse critério formal de verdade veio a ser fortemente contestado por diversos teóricos contemporâneos da ciência, na linhagem, por exemplo, de Karl R. Popper. Para ele (2013) não há sequer um critério positivo de verdade, mesmo que formal. Todo e qualquer conhecimento produzido pelo agente racional é sempre conjectural, válido enquanto não for falseado pelo aparecimento de uma contraprova.

O caráter conjectural do conhecimento não significa, no caso da História, uma espécie de carta de alforria que permita a construção arbitrária de qualquer discurso poético, ao bel-prazer do autor. Essa licença poética ilimitada é uma consequência prática indesejável das teses pós-modernas, que se autoliberam do controle metódico de qualidade referente à pertinência do discurso à realidade. No contrato do método científico, essa pertinência, mais do que esperada, é exigida. Nela se inclui a pretensão de verdade, mesmo se as circunstâncias de garantia de sua obtenção sejam frágeis. A expectativa social quanto à veracidade da narrativa-fonte e da metanarrativa constitui uma estrutura elementar de sua constituição. O equívoco, o erro, ou até a fraude, são a exceção, e não, a regra.

A referência à realidade é não apenas possível como controlável. Para tanto, basta que todos os participantes da comunidade profissional se entendam sobre os procedimentos de controle. Há uma dimensão meramente formal nessa comunidade, que se resume ao procedimento metódico seco: nada se afirma sem fundamento, direto ou indireto, em fontes controladas. Subsiste, contudo, uma possibilidade de variância não negligenciável, decorrente do conflito teórico (chamado por Paul Ricoeur

(1969) de “conflito das interpretações”). Não raro, esse embate decorre de posições filosóficas sobre o conteúdo e a finalidade da ação humana no tempo. No século XX, um exemplo marcante desse conflito foi (e, em certa medida, ainda é) a oposição entre o pensamento marxista e o pensamento liberal. Em qualquer caso, porém, a referência à realidade jamais é negada.

O historiador dificilmente divergiria da proposição que afirma que aquilo que o homem de hoje pensa e diz está condicionado pelo que se pensou e disse ontem. E assim sucessivamente. Trata-se de uma necessidade relativa, de uma determinação contingente, fruto da concretude empírica da História efetivamente produzida pela ação dos homens no tempo. O historiador continua sendo, hoje em dia, um servo da pertinência, independentemente de conseguir trazer provas cabais do arranjo interpretativo em que insere suas fontes. A interpretação histórica arbitra, mas não é arbitrária. A liberdade poética é usada, mas dentro dos limites das convenções metódicas que autorizam a reconstrução do caminho sem depender da idiosincrasia do autor. Embora o texto não se entenda ou se explique sem o autor, a autoria (e sua legitimidade) é uma condição sem a qual a pertinência da narrativa fica prejudicada. Amiúde, confunde-se legitimação com autoria (que se pode também chamar de “heurística autoral”) com o argumento de autoridade. Autor e autoridade não coincidem necessariamente. Para a pertinência empírica do texto, porém, nem todo autor faz autoridade.

Desde a cientificização da História no século XIX, gradualmente, se passou a não considerar mais a narrativa-fonte ou a metanarrativa como ícones intocáveis, assim como se deixou de mimetizar os procedimentos das ciências ditas naturais ou exatas. Rüsen (2015), em sua teoria da História, elabora uma matriz disciplinar em que os elementos empírico, metódico e estético se articulam para dar origem, no mundo concreto do pensar e do agir humanos, à historiografia que retorna ao mundo do qual proveio, transformando-o.

A proposta de Rüsen é, provavelmente, a fórmula mais includente dos modos de produção do conhecimento histórico. Calcada na experiência humana contingente da vida sobre a qual cabe refletir, a matriz não exclui *a priori* nenhuma opção teórica disponível. Submete-a, contudo, muito popperianamente, ao teste de sua eficácia explicativa, ao passar pelo crivo do regramento metódico da pesquisa. Se a questão



que põe em andamento a procura histórica é alguma carência existencial do sujeito, a resposta depende do controle metódico de qualidade que a comunidade profissional pratica e cobra.

A racionalidade é também discursiva, na medida em que, para si como para os outros, enuncia narrativamente a articulação de todos os dados de que disponha, num construto racional controlável pelo interlocutor posto no mesmo plano epistêmico e metódico, que é consolidado pela interpretação em uma narrativa plausível, consistente, coerente e convincente. Cada predicado deve ser satisfeito, mas somente seu conjunto permite atribuir à narrativa a qualificação de veraz.

Pode-se concluir que a relação entre pesquisa e ensino e aprendizagem na produção do conhecimento histórico/historiográfico depende da conjunção de, pelo menos, sete fatores: a) a admissão do realismo mitigado; b) a convenção metódica de controle de qualidade do conhecimento e de sua admissibilidade na comunidade epistêmica; c) a comunidade linguístico-cultural em que o conhecimento faça sentido; d) a pretensão de que a racionalidade humana está apta a conhecer, adequadamente, o que se deu no passado; e) a pretensão de que estados de coisas do passado podem ser reconstruídos mediante investigação metódica; f) a pretensão de que há habilidade crítica para admitir, ou não, fontes para a reconstrução do passado; e g) a razoabilidade linguístico-cultural da narrativa e da metanarrativa, em seu conjunto, como veículos de registro e interpretação do passado. A articulação desses fatores, numa rede relacional, permite à comunidade epistêmica conferir à narrativa-fonte e à metanarrativa a propriedade de veraz, plausível, confiável, convincente. Viabiliza-se, assim, o círculo virtuoso do ensino e aprendizagem, que inclui professor e aluno em papéis intercambiáveis.

# Referências

---

POPPER, Karl. R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2. ed. (or. Inglês 1934), 2013.

RICOEUR, Paul. *Le conflit des interprétations: essais d'herméneutique*. Paris: Seuil, 1969.

RÜSEN, Jörn. *Geschichtskultur, Bildung und Identität: Über Grundlagen der Geschichtsdidaktik*. Berlim: Peter Lang, 2020.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora da UnB. (Teoria da História I: Fundamentos da Ciência Histórica), 2001.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da História como ciência*. Curitiba: Ed. da UFPR (or. Alemão 2013), 2015.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, cap. 14. (Ed. orig. alemã: 1965), 2006.

VIEIRA, S. J. P. Antônio. *História do futuro*. Org. do P. José Carlos Brandi Aleixo, S. J.) Brasília: Editora da UnB [1718], 2005.

WIELAND, Wolfgang. Über den Grund des Interesses der Philosophie an ihrer Geschichte. In: PUSTER, Rolf W. (org.). *Veritas filia temporis? Philosophiehistorie zwischen Wahrheit und Geschichte*. Berlin: de Gruyter, 1995.